

ORIGENS DAS FORMAÇÕES SOCIAIS LATINO-AMERICANAS: NOTAS

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
E-mail: raquelfontespereira@gmail.com

I

O presente trabalho discute a gênese das formações sociais latino-americanas, procurando demonstrar que elas foram, desde as suas origens, determinadas por impulsos externos que atuaram sobre as forças produtivas internas, razão pela qual as interpretações voltadas apenas à consideração de seu caráter dependentista ou exógeno revelam-se insuficientes para explicar a sua evolução. Apesar de não ser autônomo e nem resultar apenas das forças internas, o processo evolutivo das formações sociais periféricas não pode ser interpretado como mero reflexo das determinações emanadas das metrópoles porque ele decorre de uma complexa trama de elementos. Modelos explicativos baseados nos fatores externos que dão uma ênfase excessiva ao capital mercantil das metrópoles e reduzem o papel do mercado interno, desconsideram a categoria de modo de produção priorizando a esfera da circulação em detrimento da produção, além de negar as especificidades de cada formação social. Há, nesta vertente de análise, uma base teórica em cuja raiz situa-se o entendimento de que o interesse comercial representa o elemento definidor das relações capitalistas, o que já encerra em si uma dificuldade por implicar na suposição de que o capitalismo surge na esfera da circulação como consequência da ampliação das trocas.

A perspectiva teórica aqui defendida adota como fundamento o paradigma de formação sócio-espacial¹, proposta metodológica formulada nos anos de 1970 por M. Santos (1982), a qual se associa a teoria da dualidade² de I. Rangel (1957) que interpreta a formação social brasileira como resultante da combinação de diferentes modos de produção, bem como a consideração das “múltiplas determinações” (MARX, 1979) responsáveis pelas formações latino-americanas desde as suas origens. No processo de conquista da América, continente que, como nenhum outro, se estende de pólo a pólo, as características de suas diferentes regiões quanto ao clima, à geografia física, à densidade demográfica e ao grau de civilização dos indígenas propiciaram mudanças nas forças produtivas/relações de produção impelindo para frente, sob o comando do capitalismo mercantil, as áreas aparentemente condenadas ao anecúmeno ou a comunismos muito primitivos e empurrando para a retaguarda aquelas que pareciam mais propensas ao desenvolvimento nas quais foi implantado um feudalismo avançado (RANGEL, 1993, p.8-9).

II

As condições naturais e humanas encontradas nas Américas tiveram um papel fundamental no processo de conquista e colonização, definindo os rumos da organização e apropriação dos territórios que corresponderiam mais tarde ao Brasil e às nações hispano-americanas, nascidos de antigas colônias de exploração. Ao

estabelecerem suas colônias de além-mar, Portugal e Espanha tiveram que fazê-lo de acordo com as condições que se apresentavam, tanto do ponto de vista histórico, quanto geográfico³. O processo que então se inicia é repleto de particularidades temporais e espaciais que atuam decisivamente na forma de apropriação das terras descobertas, onde a partir de um espaço natural e de populações nativas, começa a construção de um novo espaço social, determinado também pela complexa conjuntura europeia e, em particular, a Ibérica. O espaço colonial sofre as determinações emanadas das metrópoles, as quais, por sua vez, serão modeladas por uma realidade concreta, por um conjunto de formas e elementos que as terras americanas vão apresentar como suporte para a edificação das novas sociedades⁴. Há, pois, uma complexa rede de elementos naturais e humanos, gerais e específicos que combinados imprimem os rumos da trajetória a ser percorrida pelos países latino-americanos, sujeito a influências externas e a dinâmicas internas, em que a dimensão espacial é incorporada à história. A economia e a sociedade dos futuros países da América Latina começam a se organizar voltadas para fora, atendendo aos interesses mercantis europeus, partindo, entretanto, de bases naturais e humanas distintas. Tal fato, longe de representar uma simplificação determinista, implica no reconhecimento do peso de uma realidade vital contida no espaço do Novo Mundo que vai, num primeiro momento, condicionar as feições particulares que o empreendimento colonial assume no Brasil, no México, no Peru e até mesmo na Nova Inglaterra. A geografia do território conquistado, isto é, a distribuição e a associação no espaço americano dos vários elementos naturais e humanos — combinada às determinações ditadas pelos povos conquistadores — serão responsáveis pela gênese e evolução das formações coloniais. Ou seja, as formações econômico-sociais latino-americanas são realidades concretas, plasmadas histórica e geograficamente, resultantes de variadas combinações (CHOLLEY, 1964) de elementos naturais e humanos que se diferenciam tanto espacial quanto historicamente, razão pela qual devem ser apreendidos em seus distintos processos naturais e históricos, inseridos na conjuntura do início do século XVI, período em que começa a se desenhar um espaço mundializado.

As distinções entre o Brasil e os países vizinhos, apesar das raízes ibéricas comuns, já podem ser percebidas, então, desde a época do descobrimento, tanto no que diz respeito aos aspectos internos como na política colonial a ser implementada pelas duas metrópoles, possuidoras, cada uma delas também, de características particulares. Nas colônias hispano-americanas as condições são distintas, quer do ponto de vista da população ameríndia, quer do quadro natural.

III

Para reconstituir a gênese das formações sociais latino-americanas é preciso recuar no tempo e chegar à Europa do final do século XV e início do século XVI, aplicando a proposta teórica de I. Rangel acerca da dualidade brasileira, definida como uma realidade que está estruturalmente colocada já na base da evolução histórica das formações sociais americanas no momento do descobrimento. Assim, diante das características próprias do imenso território colonial (extensão, características climáticas, configuração do relevo, cobertura vegetal, hidrografia, densidade demográfica associada ao nomadismo e semi-nomadismo das populações autóctones) serão implementadas relações de produção compatíveis com as forças produtivas coloniais e, ao mesmo tempo, capazes de satisfazer os interesses das metrópoles. Este processo, que se estende do século XVI ao XIX, tem profundos vínculos com as particularidades naturais e humanas e também com a dinâmica econômica interna, articulada aos interesses das Coroas ibéricas. A trajetória histórica iniciada com o

descobrimto foi forjada a partir de condições específicas (forças produtivas) mais ou menos favoráveis ao estabelecimento de diferentes relações de produção. O caráter complementar e periférico da economia colonial, voltada aos interesses das metrópoles ibéricas, inseria-se no contexto europeu da época quando, nas fendas do feudalismo, começam a surgir novas relações de produção que darão origem ao capitalismo.

Pouco antes dos portugueses chegarem às terras que hoje correspondem ao Brasil, os espanhóis já haviam chegado à América Central (em 1492) e a realidade americana com a qual os povos ibéricos se defrontam é bastante variada do ponto de vista geográfico, tanto natural como humano. Portanto, no momento do descobrimento da América e, logo em seguida, do Brasil existe no continente uma grande diversidade natural e humana. Nas terras que depois viriam a constituir as colônias espanholas havia uma maior heterogeneidade do ponto de vista natural, enquanto do ponto de vista humano, apresentavam áreas de maior densidade demográfica, povos sedentarizados em estágios de civilização mais avançado. No Brasil, em contrapartida, havia uma relativa homogeneidade física, porém os índios que aqui viviam, além de nômades ou seminômades, encontravam-se num estágio primitivo de civilização, apresentando também áreas anecúmenas, o que existia, igualmente em muitas regiões da América espanhola, como é o caso, por exemplo, do território que hoje corresponde ao extremo sul do Chile e da Argentina.

Por outro lado, as Coroas Ibéricas que descobrem e colonizam a América, no que se refere à sua formação social apresentam também especificidades. O povo ibérico deu origem a duas nações (Portugal e Espanha) histórica e geograficamente muito próximas, que possuem, cada qual, por força da própria evolução histórica destes dois reinos europeus, as suas singularidades. No caso específico de Portugal, é preciso destacar que no contexto europeu muito precocemente, já desde o século XII, apresentava-se como um reino unificado, embora não fosse um Estado no sentido nacional, moderno, onde ocorrera, além da unificação, a revolução de 1383 que levou ao trono o Mestre de Avis (classificada por alguns autores como uma revolução burguesa, embora pareça mais correto tomá-la como um momento de fortalecimento do absolutismo luso), bem como a expulsão dos mouros já no século XII. Em função da proximidade, os limites com os reinos espanhóis vizinhos estavam também claramente definidos, o que impossibilitava a expansão territorial, restando aos portugueses, como alternativa, apenas a expansão marítima, o que ajuda a compreender as iniciativas que fizeram deles os precursores nas descobertas marítimas.

Na Espanha, porém, apenas começava a se esboçar uma centralização administrativa com a união dos reis Fernando e Isabel. No mesmo ano em que os espanhóis descobrem a América (1492) é que eles conseguem, finalmente, expulsar os mouros de seu território. Com isso se pretende demonstrar, em linhas gerais, que existe uma diferenciação na formação social da Espanha e de Portugal, duas nações que embora muito próximas apresentam características próprias na sua trajetória histórica. Há, portanto, especificidades que as diferenciam, apesar de estarem ambas localizadas na Península Ibérica e registrarem vários pontos comuns ao longo de sua história.

No continente americano também existe uma grande diversidade regional. As terras que hoje correspondem ao Brasil apresentavam características naturais e humanas mais homogêneas que influenciam os rumos da formação social brasileira. A aplicação da teoria da dualidade de I. Rangel que trabalha com a categoria de formação social, da mesma forma que o paradigma de formação sócio-espacial sugerido por M. Santos, permitem a visualização das especificidades ignoradas por estudiosos da evolução das formações coloniais, consideradas uma consequência direta das ordens emanadas pela Coroa, como se o Brasil – assim como o restante da América Latina - fosse um simples

resultado das determinações impostas pelas metrópoles ibéricas. A perspectiva teórica apontada por Rangel possibilita - através do conceito de formação social - a percepção das especificidades, isto é, das forças endógenas que atuam no processo de evolução das formações nacionais latino-americanas. Este enfoque favorece o reconhecimento das singularidades, bem como a identificação das semelhanças entre estas formações sociais. Ressalte-se que se os condicionantes fossem os mesmos do rio Grande (divisa entre o México e os Estados Unidos) à Patagônia, as nações que se formaram nas terras das ex-colônias ibéricas seriam todas iguais. A partir de uma primeira determinação que de ordem natural, espacial - daí o significado do paradigma de formação sócio-espacial - já é possível perceber que desde o momento do descobrimento a organização sócio-espacial, em razão das especificidades regionais, não se realiza da mesma forma em toda a extensão do vasto continente americano. Assim, por exemplo, é possível identificar, desde os primórdios do processo de colonização, o clima como um condicionante de suma importância, pois os colonizadores, movidos por interesses mercantis, vão organizar inicialmente a produção apenas nas áreas tropicais, nas quais podiam ser produzidos os gêneros que interessavam ao comércio europeu e que não coincidiam com o que era produzido na própria Europa. Diante deste quadro, compreende-se que as regiões temperadas da América fossem inicialmente relegadas a um plano secundário pelas metrópoles ibéricas, uma vez que seus interesses estavam voltados para os produtos tropicais ou para a obtenção de metais preciosos.

Na América espanhola havia, porém, uma maior densidade demográfica, representada por povos sedentarizados em estágio mais avançado de civilização (VIEIRA, 2007). Daí porque puderam, logo de início, estabelecer, com estes grupos indígenas relações feudais de produção visto que eles se encontravam em condições de ser imediatamente submetidos à condição de servos do reino de Castela, implantando, nesta parte da América, relações de vassalagem entre os ameríndios e a metrópole. Nas áreas ocupadas por estas nações ameríndias - sobretudo astecas (no México) e incas (no Peru), foram logo encontrados os recursos naturais mais cobiçados: os metais preciosos. Os conquistadores espanhóis se apropriaram imediatamente do que era produzido nestas áreas, transformando os habitantes destas áreas servos da Coroa.

No caso do Brasil, entretanto, não havia nada, além da própria terra, que pudesse ser apropriado de imediato pela Coroa portuguesa. Dessa forma, os portugueses, pioneiros na arte da navegação, tiveram que se tornar pioneiros também na implantação das atividades produtivas nas terras tropicais de sua colônia americana, o futuro do Brasil. Diante das dificuldades de utilizar a mão-de-obra indígena - pois os índios eram ainda nômades e, em consequência, pouco afeitos a atividades de caráter mais regular - introduziram no Brasil, como mão-de-obra, os escravos trazidos do continente africano. Reside aí mais uma diferenciação entre a colonização portuguesa e a espanhola, visto que, em função da sua longa trajetória na busca de novas terras, Portugal tivera em contato com outros povos, entre os quais os negros da África, introduzidos como mão-de-obra nas grandes propriedades monocultoras. A partir do trabalho forçado a que são submetidos os escravos africanos, o modo de produção escravista se torna dominante no interior das fazendas. É assim que tem início, desde o momento em que a organização produtiva da colônia começa a ser estruturada, o que Rangel chama de dualidade, ou seja: internamente se prevalece o modo de produção escravista, pois os portugueses que para cá se transferem são senhores de terras e de escravos, enquanto externamente, suas relações com o rei de Portugal são de vassalagem, o que significa dizer que no âmbito das relações externas - com a Coroa Portuguesa - prevalecem as relações feudais. Isso ocorre no mesmo período em que, conjuntamente, a Europa, vivendo a época dos grandes descobrimentos, está no seu

interior - no seu pólo interno - sob o domínio das relações feudais de produção que começam a ser ameaçadas por fissuras decorrentes da emergência do capitalismo mercantil.

Percebe-se, então, que os senhores de terras e de escravos do Brasil se colocam como vassallos do rei de Portugal, num relacionamento de tipo feudal e através do rei é que passam a ter contato com o capital comercial europeu. Esta relação feudal já se definira muito antes do descobrimento do Brasil, visto que, desde o Tratado de Tordesilhas (1494), as terras do Novo Mundo haviam sido divididas entre as Coroas Portuguesa e Espanhola. Em conseqüência, o território colonial, um dos componentes das futuras nações latino-americanas, é demarcado antecipadamente, ou seja, há uma precedência do território, pois, antes mesmo que o descobrimento do Brasil se tornasse uma realidade, as terras foram divididas entre os dois reinos, muito embora o espaço colonial português tenha sido expandido posteriormente pela ação dos bandeirantes. O Tratado de Tordesilhas torna os reis de Portugal e da Espanha senhores absolutos das terras que viriam a constituir o Brasil e os demais países da América Latina. No caso específico do Brasil-Colônia, o rei de Portugal é o senhor das terras antes mesmo do seu descobrimento e em 1532, toma a iniciativa de dividir o seu vasto território em Capitânicas Hereditárias. Os capitães donatários tornam-se seus vassallos e dele recebem permissão para doar parte das terras em sesmarias àqueles que pudessem explorá-las, criando, assim, uma hierarquia feudal. Esta situação se estende por todo o período colonial, durante o qual dominam no pólo interno, relações escravistas e, no pólo externo, relações feudais mantidas por esses senhores de terras e de escravos com a Coroa portuguesa.

Esta realidade começa a se modificar no final do século XVIII, inícios do século XIX. Neste período histórico que precede a independência das colônias, observa-se uma diferenciação entre o quadro português (de Portugal e, por conseqüência, do Brasil-Colônia) e o espanhol (da Espanha e de suas colônias americanas). No caso de Portugal, o rei - na verdade, o príncipe que viria a ser mais tarde o rei D. João VI - vem para o Brasil com toda a Corte, estratégia que evita a submissão da Coroa portuguesa às tropas de Napoleão Bonaparte. Já no caso da Espanha, o rei se vê forçado a se render, assinando a rendição de Bayona, fato este que divide seus súditos coloniais entre a fidelidade ao próprio rei deposto, a obediência ao novo rei colocado no trono espanhol por Napoleão e os anseios pela conquista da independência (PEREIRA, 1997).

No caso brasileiro, a transferência da família portuguesa para o território colonial começa a preparar o Brasil para a Proclamação da Independência, criando uma infra-estrutura administrativa e melhorias que aceleram o processo de internalização do capital comercial já iniciado no final do século XVIII. Isto significa dizer que o capital comercial até então concentrado nas mãos dos portugueses começa, gradativamente, a se transferir para as mãos de brasileiros.

Este é um outro aspecto que autores excessivamente preocupados com as determinações exógenas não percebem. Diferentemente de Rangel que trabalha com a categoria de formação social que permite reconhecer as especificidades de cada realidade, eles pouco utilizam a categoria de modo de produção por estarem absorvidos pela visão circulacionista (isto é, centrada no comércio e não na produção), desconsiderando os elementos endógenos na análise de formações sociais situadas na periferia do sistema capitalista.

A internalização do capital comercial brasileiro vai se fazendo paulatinamente e, em 1822, com a Independência o capital mercantil português é substituído pelo nacional, situação esta que se repete nos países hispano-americanos que também se tornam independentes. No caso brasileiro, além dos maiores comerciantes de escravos já serem brasileiros, a interiorização do capital comercial é estimulada pela descoberta,

no final do século XVII, das primeiras minas de ouro em Minas Gerais. O chamado ciclo do ouro intensifica a circulação interna com base nas tropas de mulas e no transporte de gado em pé levado das áreas de pecuária (sertão Nordestino e Rio Grande do Sul) para as áreas de mineração.

O privilegiamento dessa dinâmica interna, expressa de forma original na interpretação rangeliana do processo histórico brasileiro, é que facilita apreender as possibilidades de acumulação interna a qual, por sua vez, estimula a evolução sócio-econômica do país e cria condições para que as forças produtivas e as relações de produção saltem para estágios mais avançados. No momento da Independência, o Brasil apresenta internamente relações escravistas de produção, ao mesmo tempo em que, gradativamente, se internaliza o capital comercial. No plano externo, a intermediação do capital comercial português é dispensada porque o país já podia se relacionar diretamente com o capital industrial do centro mais dinâmico do sistema - a Inglaterra - sem a intermediação da Coroa portuguesa, situação idêntica a que ocorre também nas ex-colônias espanholas que vão se tornando independentes. A permanência do próprio filho do rei de Portugal - o príncipe D. Pedro - à frente do governo da nova nação, por um lado, centralizava as demonstrações de descontentamento e, por outro, representava o que havia de mais típico nos interesses mercantis de Portugal, cujo rei sempre estivera na liderança das atividades comerciais.

Durante todo o período imperial no Brasil, vários elementos demonstram a importância que assume o capital mercantil, a começar pelos grandes comerciantes que se destacam como políticos de projeção no Império, como é o caso de Antônio da Silva Prado, detentor da concessão para cobrança dos impostos de passagem das tropas de mulas por vários lugares, (exemplos: Lages -SC e São José dos Pinhais -PR) e de José Bonifácio Andrade e Silva, o Patriarca da Independência, cujo pai também era comerciante. O duplo aspecto no interior da formação social brasileira com o domínio, por um lado, dos senhores de escravos como sócios hegemônicos e, de outro, os comerciantes como sócios secundários é, pois, bastante visível. Outro fato que comprova esta realidade diz respeito ao ordenamento jurídico do Brasil que, como país independente, vai precisar de uma organização jurídica distinta do período colonial para estabelecer relações comerciais com outras nações. Do ponto de vista das relações internas, como ainda subsistiam as relações escravistas de produção, permaneciam válidas as ordenações Filipinas de 1603. Vê-se, então, que no plano interno não havia necessidade de promover mudanças jurídicas porque os senhores de escravos continuavam hegemônicos e a ruptura, no momento da Independência, se dera apenas no âmbito das relações externas, afastando o capital mercantil português. O fim das relações escravistas de produção, apesar da imposição da Inglaterra, não acontece e o próprio tráfico de escravos não será suspenso até 1850. Daí porque quanto às relações externas havia necessidade de um novo código comercial, apesar das ordenações Manuelinas e Filipinas oferecerem ainda um arcabouço jurídico suficiente para regular as relações internas entre os senhores e seus escravos.

IV

Segundo Rangel, a evolução dos países periféricos é influenciada pelos ciclos longos ou ciclos de Kondratieff que regulam a economia mundial. A partir de 1790, o sistema capitalista apresenta períodos de expansão (“fase A”) do ciclo e períodos depressivos (“fase B”). Nas fases depressivas, eles são forçados a se adaptarem à nova conjuntura mundial, fato que gera rupturas internas responsáveis por alterações nos pactos de poder mantidos pela classe dominante. Isto explica, por exemplo, a

coincidência entre os períodos depressivos e os grandes marcos da história brasileira, em que na fase depressiva do primeiro ciclo longo se dá a Independência. Já no final do século XIX, quando o Brasil, junto com toda a economia mundial - de 1873 até 1896 - atravessa um novo período depressivo, ocorre a Abolição da Escravatura (1888) e, no ano seguinte, a Proclamação da República (1889).

Fica evidenciada, assim, a influência que a conjuntura internacional (fases expansivas e depressivas dos ciclos) exerce sobre a economia das nações periféricas que reagem internamente de acordo com a evolução de suas forças produtivas. Se, nos períodos de expansão, o Brasil se insere de forma dinâmica numa nova divisão internacional do trabalho, nos períodos depressivos reage também positivamente, com um dinamismo próprio, substituindo importações. Isso se dá, pela primeira vez, na fase depressiva do primeiro ciclo longo no interior das fazendas de escravos, quando acontece uma primeira substituição natural de importações. Ou seja, os escravos das grandes propriedades passam a produzir artigos anteriormente importados para atender às necessidades das próprias fazendas, dando origem à primeira substituição de importações. Com a Abolição, esta força produtiva representada pelos escravos, cujo trabalho se fazia de forma compulsória, ao dar início à substituição de importações, já preparava, lentamente, no interior das propriedades, a mudança para um novo modo de produção que acaba se impõe com a libertação da mão de obra escrava e a instalação do regime republicano. As grandes fazendas escravistas tornam-se, então, latifúndios feudais.

O modo de produção escravista foi, segundo Rangel, o grande responsável pela preservação da unidade nacional. Uma comparação entre as nações que se originaram do antigo território colonial espanhol e o Brasil permite definir o modo de produção escravista como um dos elementos responsáveis pela preservação da unidade da colônia portuguesa, visto que o escravo, enquanto um ser “semovente” circulava por todo o território e era utilizado igualmente como mão-de-obra em todas as regiões do país, o que significa dizer que a escravidão era um fenômeno nacional, isto é, espalhava-se por todo o território brasileiro.

Na América espanhola onde havia dominado, desde o início da colonização, o modo de produção feudal, ocorre com a independência uma compartimentação do território colonial que dá origem a vários países, enquanto no Brasil, onde domina o modo de produção escravista, a unidade territorial é preservada. Coerente com a interpretação realizada por I. Rangel, as relações feudais dominantes desde o descobrimento nas áreas mais povoadas e desenvolvidas da América espanhola são resultam na formação de várias nações, enquanto no Brasil o predomínio das relações feudais de produção coincide com a Proclamação da República, movimento de autonomia das províncias

Durante todo o século XVII, o território colonial era formado por verdadeiras ilhas sem comunicação entre si, assemelhando-se, portanto a configuração do território colonial espanhol. No Norte do Brasil havia, por exemplo, o Estado do Maranhão e do Pará; o Estado do Brasil na porção centro-oriental do território, o Quilombo dos Palmares no Nordeste e poucas áreas ocupadas esparsamente na porção meridional da colônia onde se deram as maiores disputas por terra com a Espanha. Com a mineração essa configuração começa a mudar a partir do traçado dos primeiros caminhos que serão utilizados pelos negociantes de gado ou trilhados pelas tropas de mulas.

Coerente com o que Rangel afirma acerca das relações feudais que se instalam imediatamente após o descobrimento nas áreas mais avançadas e mais densamente povoadas da América espanhola serem responsáveis pela sua compartimentação em várias nações, no Brasil, a Proclamação da República, resulta da evolução do

escravismo para as relações feudais de produção, regime político que concede maior autonomia às províncias (PEREIRA, 1997). Cabe ressaltar ainda, que a história do Brasil e das demais nações latino-americanas não reflete fielmente a história universal, especialmente a europeia. Como formações periféricas, sua evolução não é autônoma, não resulta apenas das forças internas e revela desde o descobrimento relações de produção defasadas historicamente se comparadas às da Europa⁵. Com o **mercantilismo** deu-se o **descobrimento**, com o **capital industrial** a **Independência**, com o **capital financeiro** a **República**, embora no interior da sociedade colonial dominem as relações sociais mais atrasadas (RANGEL, 1957)

Notas

¹ Essa proposta teórico-metodológica de grande importância para renovação marxista da geografia humana por reafirmar o caráter global de totalidade da visão geográfica, foi explicitada por Milton Santos no artigo “ Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, publicado pela primeira vez em 1977 no boletim paulista de geografia nº 54. Ainda no mesmo ano foi publicado também na revista *Antipode* nº1 e no ano seguinte, inserido no livro **Espaço e Sociedade** (Petrópolis: Vozes, 1978).

² Preocupado com as peculiaridades brasileiras Rangel escreveu *A Dualidade Básica da Economia Brasileira* em 1953, publicada no Rio de Janeiro em 1957 pelo MEC/ISEB. Embora voltada à análise a dinâmica econômica a teoria da dualidade abarca outras esferas da realidade social entendida como uma totalidade histórico-estrutural e permite analisar a economia e a sociedade brasileiras podendo ser aplicada também ao estudo de outras formações sociais periféricas.

³ Embasando a análise existe ainda uma preocupação em articular a Geografia com a História que se traduz numa interpretação que é, simultaneamente, de Geografia Histórica e de História Geográfica. Esta postura teórica representa uma retomada da tradição da Escola dos *Annales*, onde o contato entre a Geografia e a História foi muito rico e inspirou numerosas obras, num período em que historiadores e geógrafos estiveram muito próximos nos estudos que realizavam. Fernando Braudel, figura exponencial dos *Annales*, enfatizava com frequência a influência dos geógrafos em sua formação, referindo-se especialmente ao Paul Vidal de La Blache. Em um seminário na França (Châteauvallon, 1985), realizado pouco antes de sua morte, o próprio Braudel em debate com E. Juillard alertou para o fato de que os geógrafos pareciam ter abandonado a preocupação com o espaço, reflexo talvez de um certo receio dos próprios geógrafos de serem rotulados de “deterministas”. Percebe-se também uma aproximação entre as formulações dos historiadores da *École des Annales* e as interpretações marxistas, pois ambas preocupam-se com análises globalizantes nas quais o espaço natural surge como um dos condicionantes responsáveis pela definição de uma dada realidade. Tanto Braudel como Marx insistem nessa materialidade, na importância das bases materiais - que Braudel chama de “porão”- aí incluída a natureza (o espaço natural) como uma das determinações que influenciam a evolução de uma formação social.

⁴ Esta idéia já está presente em Hegel, para quem os rigores naturais deixam certos povos “fora da história”. No texto intitulado “As Bases Geográficas da História Universal”, inserido na Introdução que precede a famosa obra **Lições sobre filosofia da História Universal** (Madrid:Alianza editorial, 1980), explica que na aparência não há conexão entre a natureza e o espírito de um povo- a natureza se dá como “exterior”. E ela ou é efetivamente, mas, o terreno sobre o qual o espírito se move é essencialmente e necessariamente uma base”. Sobre esta base que um povo existe verdadeiramente, isto é, age e se realiza materialmente. Daí porque as diferenças naturais devem ser consideradas, pois elas fornecem as condições empíricas para o desenvolvimento histórico de qualquer povo. Para Engels em “A Dialética da Natureza”, a explicação das diferenças de desenvolvimento entre os povos passa pelas características do quadro natural e o próprio Marx, em seus escritos, não desconsidera a natureza.

⁵ Ao se referir à relação entre a produção e o movimento histórico, Marx apresenta três resultados

possíveis da conquistas: 1º o povo conquistador submete o conquistado ao seu próprio modo de produção; 2º) deixa subsistir o antigo modo e se satisfaz com o tributo e 3º) estabelece uma ação recíproca que gera algo novo, uma síntese (**Contribuição à Crítica da Economia Política**. México, Fondo de Cultura, 1970, p.254).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOLLEY, André. **Observações sobre alguns pontos de Vista Geográficos**. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.

HEGEL, G.W.F. **Lecciones sobre la Filosofia de la História Univresal**. 4ª ed Madrid: Alianza editorial, 1985.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1957.

_____ **500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil**. In: Geosul nº15, Ano VIII. Florianópolis: Ed. UFSC, 1º sem. 1993.

MARX, Karl. **El Capital**. 7 ed. México: Siglo Veintiuno, 1979.

PEREIRA, Raquel Mª. Fontes do Amaral. **A Geografia e as bases da formação nacional brasileira**: uma interpretação fundamentada nas idéias de Inácio Rangel. São Paulo. 277f. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Departamento de Geografia – FFLCH/USP.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

VIEIRA, Mª Graciana Espellet de Deus e PEREIRA, Raquel Mª Fontes do Amaral. **Geografia e Marxismo**: o caso da formação sócio-espacial do Brasil Meridional. In: Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina. Bogotá, Universidade Nacional da Colômbia, 2007.